



**1º SIMULADO CONCURSO**

**TJ GO JUIZ**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para O TJ-GO.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-29-05-21>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**01.** Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

**02.** A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

**03.** O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

**04.** Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;
- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

**05.** Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação;
- e) o usufruto só pode recair sobre bens móveis.

**06.** Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro;
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva;
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização;
- d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese;
- e) a culpa exclusiva de terceiro não possibilita o afastamento, em qualquer caso, da responsabilidade objetiva.

**07.** Amaro, brasileiro domiciliado na Inglaterra, desapareceu depois de ocorrer um acidente em uma viagem de cruzeiro que fazia. Passados dez anos, iniciam-se os procedimentos para a sucessão definitiva, já que a probabilidade de que Amaro esteja vivo é praticamente inexistente. Em relação à sucessão do patrimônio de Amaro, é correto afirmar que:

- a) será processada pela lei brasileira;
- b) será processada pela lei do país que for soberano em relação ao local do naufrago do cruzeiro;
- c) a capacidade dos herdeiros de Amaro domiciliados no Brasil será definida pela lei inglesa;
- d) será processada pela lei inglesa, a depender da natureza dos bens do patrimônio;
- e) será processada pela lei inglesa.

**08.** Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

**09.** Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

**10.** Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado.

**11.** Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

**12.** Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

**13.** Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

**14.** Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção.
- d) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção de incompetência será processada em apenso aos autos principais.
- e) Não é necessário atribuir valor da causa à reconvenção.

**15.** Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

**16.** Assinale a alternativa incorreta a respeito do cumprimento de sentença.

- a) Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.

b) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, desde que haja requerimento da parte, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

e) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

**17.** Marque a alternativa incorreta no que se refere aos processos nos Tribunais:

a) A alteração de tese jurídica, adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos, deverá ser precedida de audiências públicas.

b) Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento nos casos de julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

c) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

d) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame do mérito do incidente de demandas repetitivas.

e) Do julgamento do mérito do incidente de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

**18.** Assinale a alternativa correta a respeito da alegação de impedimento e suspeição do juiz:

- a) Há impedimento do juiz nos casos em que em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- b) Apresentado o incidente, o processo não é suspenso automaticamente, dependendo de decisão do relator.
- c) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, sendo essa decisão irrecorrível.
- d) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, desde que declare suas razões.
- e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

**19.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

- a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.
- b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.
- c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.
- d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

**20.** Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

**21.** Assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- b) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
- e) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

**22.** Sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 01 mês da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- b) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

**23.** Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
- c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- e) O correio eletrônico (e-mail) pode fundamentar a pretensão monitória, desde que o juízo se convença da verossimilhança das alegações e da idoneidade das declarações.

**24.** A respeito das nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da instrumentalidade das formas só se aplica no âmbito das nulidades relativas, já que, em se tratando de nulidade absoluta, o prejuízo é presumido.
- b) Quando for rejeitada a alegação de nulidade da citação, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.
- c) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- d) Em regra, a ausência de alegação de incompetência absoluta, no primeiro momento em que a parte deva se manifestar nos autos, gera impossibilidade o seu reconhecimento de ofício pelo juiz.
- e) Pelo princípio da causalidade, se um ato for invalidado ocorre a invalidação dos demais atos subsequentes automaticamente.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Igor Maciel

25. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

I. A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor - CDC.

II. As indenizações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC.

III. A ausência de informação relativa ao preço, por si só, não caracteriza publicidade enganosa.

IV. É incabível o redirecionamento da condenação de veicular contrapropaganda imposta a posto de gasolina matriz à sua filial, em observância a teoria da ficção jurídica.

V. É legítima a publicidade de alimentos direcionada ao público infantil, desde que seja veiculada de forma explícita.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

26. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo:

a) não acarretarão riscos à vida ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, nas hipóteses previstas em lei, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

b) não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, ainda que considerados

normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, nas hipóteses previstas em lei, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

c) em se tratando de produto industrial, ao fabricante, ao produtor e ao comerciante cabe prestar as informações sobre as suas qualidades, através de publicidade apropriada que deva acompanhar o produto.

d) não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

e) em se tratando de produto industrial, ao fabricante, ao produtor e ao comerciante cabe prestar as informações sobre as suas qualidades, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

27. Gerson era cliente de plano de saúde coletivo empresarial com a operadora Viva Bem S.A. há muitos anos. Determinado dia, a operadora do plano de saúde entrou em contato com Gerson e informou que não tinha mais interesse em manter o contrato, promovendo a rescisão unilateral do pacto. Ele, então, requereu à operadora que fornecesse um plano de saúde individual para ele, obtendo como resposta que era inviável, porque esta somente comercializava planos coletivos. Inconformado, Gerson ingressou com ação de obrigação de fazer em face da operadora. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) A operadora de plano de saúde pode ser obrigada a oferecer plano individual a usuário de plano coletivo extinto, uma vez que é inadmissível a rescisão unilateral do contrato por parte da operadora.

b) Não é ilegal a recusa de operadoras de planos de saúde de comercializarem planos individuais por atuarem apenas no segmento de planos coletivos, uma vez que não há norma alguma que as obrigue a atuar em determinado ramo de plano de saúde.

c) Os beneficiários de plano de saúde coletivo, após a rescisão unilateral do contrato pela operadora, têm direito à portabilidade de carências ao contratar novo plano observado o prazo de permanência no anterior e o custo adicional pelo exercício do direito.

d) A portabilidade de carências, por ser um instrumento regulatório, destina-se exclusivamente a incentivar a concorrência no setor de saúde suplementar, já que permite ao usuário a mudança de plano, sem, contudo, o isentar da necessidade de cumprimento de novo período de carência.

e) Quando houver o cancelamento do plano privado coletivo de assistência à saúde, deve ser permitido aos empregados ou ex-empregados migrarem para planos individuais ou familiares, com o cumprimento de carência e demais requisitos previstos em contrato.

**28.** Segundo o Código de Defesa do Consumidor, no caso de responsabilidade por fato do serviço, o fornecedor de serviços:

a) só não será responsabilizado quando provar que não colocou o produto no mercado.

b) só não será responsabilizado quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

c) responde quando o serviço não fornece a segurança que o consumidor pode esperar, levando-se em consideração a época em que foi fornecido.

d) responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, e, mediante verificação de culpa, pela insuficiência de informações.

e) responde quando o serviço é prestado sem a adoção de novas técnicas.

**29.** Com relação à disciplina da Oferta no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição pelo prazo de dez anos, em aplicação subsidiária da legislação civil.

b) Toda informação ou publicidade, ainda que não precisa, veiculada por qualquer forma ou

meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

c) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, o consumidor poderá, se admitido pelo fornecedor, aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.

d) Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do consumidor e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

e) É solidariamente responsável o fornecedor de produtos ou serviços, pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

**30.** Silvana possui dois filhos com idade escolar, estudantes de determina escola privada da sua cidade. Chamada a realizar a matrícula para o ano letivo de 2021, e verificando a tabela de preços, observou que o valor das mensalidades foi reajustado e estava 30% mais caro que o exigido em 2020. Prontamente, ela questionou o fato com o setor financeiro da escola, sendo informada que o acréscimo ocorreu em razão da pandemia de Covid-19 e dos altos custos que a escola teve no ano anterior. Inconformada, ela entrou em contato com os outros pais, os quais também estavam bastante frustrados com a atitude da direção. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) trata-se de direito individual homogêneo, pelo qual os pais podem ingressar com ação judicial individual ou coletiva.

b) trata-se de direito coletivo em sentido estrito, motivo pelo qual o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública.

c) trata-se de direito individual homogêneo, caracterizado pela determinabilidade dos titulares e pela origem comum.

d) trata-se de direito coletivo em sentido estrito, transindividual, de natureza indivisível, ligado por uma situação de fato.

e) trata-se de direito individual homogêneo, motivo pelo qual o Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública.

31. A sociedade empresária “Rents Ltda” celebrou contrato de seguro empresarial com a seguradora “Safe”, constando expressamente no instrumento contratual que a cobertura estava relacionada a riscos sobre veículos deixados em seu estabelecimento comercial. Em determinado dia, a empresa acionou o seguro porque um veículo de sua propriedade foi furtado. Contudo, a seguradora recusou-se a pagar a indenização alegando que houve um furto simples e que a apólice do seguro era clara ao estabelecer que a cobertura somente incluía danos causados por “furto qualificado”. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) A pessoa jurídica que contrata o seguro visando a proteção contra roubo e furto do patrimônio próprio dela e não o dos clientes que se utilizam dos seus serviços, não é considerada consumidora.

b) Em observância a Teoria finalista, o Código de Defesa do Consumidor não considera como consumidora a pessoa jurídica, ainda que utilize produto ou serviço como destinatária final.

c) É abusiva, por falha no dever geral de informação ao consumidor, cláusula de contrato de seguro limitativa da cobertura apenas a furto qualificado que deixa de esclarecer o significado e o alcance do termo técnico-jurídico específico e a situação referente ao furto simples.

d) É direito básico do consumidor a informação precisa e suficiente sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

e) O contratante deseja resguardar o seu patrimônio contra possíveis desfalques, contudo, é essencial a previsão no contrato sobre a modalidade protegida, se decorrente de roubo ou de furto, seja simples ou qualificado, tendo em conta que o segurado deve estar protegido contra determinado crime e não contra o fato.

32. Acerca da proteção contratual estabelecida no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a

forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

b) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante qualquer forma contratual, desde que seja clara e precisa.

c) Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, se à vista, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

d) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, não ensejando execução específica.

e) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável a quem as redigiu.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

33. Considerando as disposições constitucionais sobre a criança e do adolescente, assinale a alternativa correta:

a) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, vedada a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas.

b) A adoção por estrangeiros só foi admitida em nosso ordenamento jurídico pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem qualquer previsão no texto constitucional.

c) O direito à proteção especial abará a formulação e desenvolvimento de programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

d) O Poder Público deve buscar estimular o acolhimento, sob a forma de tutela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

e) O direito à proteção especial abarca idade mínima para a admissão ao trabalho e a garantia de direitos previdenciários, mas não engloba direitos previdenciários.

**34.** O acolhimento institucional e familiar são medidas socioeducativas e provisórias e excepcionais. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) São medidas utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, implicando privação de liberdade.
- b) Em casos de violência ou abuso sexual, a autoridade policial promoverá o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar.
- c) O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança e o consentimento do adolescente, além da oitiva dos pais ou do responsável.
- d) Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda.
- e) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, mas a família de origem ficará impossibilitada de realizar visitas à criança ou adolescente, salvo com autorização judicial.

**35.** Em relação às garantias processuais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) É assegurado o pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, mediante citação ou outro meio equivalente.
- b) Nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- c) A defesa técnica pode ser realizada por advogado ou pelos responsáveis.
- d) A presença dos pais ou responsável poderá ser solicitada em qualquer fase do procedimento, mas é vedada a confrontação com vítimas e testemunhas.
- e) Deve ser garantida assistência judiciária gratuita e integral às crianças e adolescentes.

**36.** A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Sobre tal medida socioeducativa, é correto afirmar:

- a) O adolescente poderá realizar atividades externas, desde que previamente autorizado pela autoridade judiciária.
- b) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada doze meses.
- c) O período máximo de internação não excederá a três anos e, em seguida, o adolescente deverá ser liberado e posto, obrigatoriamente, em regime de semiliberdade.
- d) A liberação será compulsória aos vinte e um anos e, apenas nesse caso, dispensa-se a oitiva do Ministério Público.
- e) Em razão do princípio da excepcionalidade que rege a internação, esta não deverá ser aplicada quando houver outra medida adequada.

**37.** Em relação às medidas tomadas para a apuração de ato infracional atribuído a adolescente, pode-se afirmar:

- a) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária competente.
- b) Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá apreender o produto e os instrumentos da infração, além de requisitar os exames necessários à comprovação da autoria e materialidade.
- c) Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial deverá lavrar boletim de ocorrência circunstanciada.
- d) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação à autoridade judiciária no dia e hora designados.
- e) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente à autoridade judiciária cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

**38.** Sobre a infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, pode-se afirmar:

- a) A infiltração de agentes de polícia na internet será admitida, ainda que a prova possa ser obtida por outros meios, desde que a infiltração se revele mais conveniente à instrução penal.
- b) As informações obtidas na operação deverão ser encaminhadas diretamente ao membro do Ministério Público para que adote as medidas cabíveis.
- c) A infiltração de agentes de polícia na internet dependerá de prévia autorização judicial, devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público.
- d) A infiltração de agentes de polícia na internet não dependerá de prévia autorização judicial, desde que decorrente de diligência determinada pelo Ministério Público no bojo de inquérito civil em curso.
- e) A infiltração não poderá exceder o prazo de 90 (noventa dias), sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda 360 (trezentos e sessenta) dias e seja demonstrada a sua efetiva necessidade, a critério da autoridade policial.

**39.** Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a sentença e os recursos, é correto afirmar:

- a) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
- b) O prazo recursal para o Ministério Público e para a defesa será, salvo nos embargos de declaração, de 10 (dez) dias.
- c) Os recursos terão preferência de julgamento e contarão com relator e revisor.
- d) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.

e) A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, ainda que se trate de adoção internacional.

**40.** A Lei nº 12.594/2012 instituiu SINASE, regulamentando a execução das medidas socioeducativas. Em relação aos programas de privação da liberdade, assinale a alternativa correta:

- a) São requisitos para o dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação: formação de nível superior compatível com a natureza da função, reputação ilibada e idoneidade moral.
- b) As unidades socioeducacionais podem se situar em espaços contíguos, anexos ou integrados a estabelecimentos penais.
- c) Para que seja realizada a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação é exigida a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência, sendo dispensada a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente.
- d) O dirigente está dispensado de comprovar experiência no trabalho com adolescentes caso já tenha desempenhado atividade semelhante.
- e) A direção da unidade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público.

**DIREITO PENAL**

Michael Procópio

41. Sobre o erro de tipo, marque a alternativa correta:

- a) O erro de tipo essencial é dividido em *error in objeto* e *error in persona*.
- b) O erro de tipo essencial vencível, também chamado de escusável, afasta tanto o dolo quanto a culpa.
- c) Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra esta.
- d) Para a corrente tradicional, determina-se o erro é evitável ou inevitável levando em consideração o “homem médio”, a previsibilidade de uma forma geral, sem levar em conta a pessoa do agente. Já a corrente moderna considera as circunstâncias do caso concreto, o próprio agente da conduta.
- e) Se o erro retira do agente o conhecimento sobre a circunstância qualificadora, ela ainda sim pode incidir, se verificável por um “homem médio”.

42. No que concerne ao “conceito de crime”, verifica-se que com a reforma de 1984, o Código Penal aderiu ao “finalismo”. Tal sistema jurídico-penal criado por:

- a) Von Liszt.
- b) Günther Jakobs
- c) Hans Welzel
- d) Claus Roxim
- e) Cesare Beccaria

43. Sobre o perdão judicial, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença concessiva do perdão judicial é condenatória, mas, apesar disso, não subsiste qualquer efeito condenatório.
- b) O perdão judicial pode ser concedido no curso do processo penal, sendo cabível também o seu reconhecimento durante a investigação.
- c) Os efeitos do perdão judicial concedido a um crime não se estendem a outro, mesmo que praticados em concurso formal.
- d) É aplicável o instituto do perdão judicial para o crime de injúria, quando o ofendido, de forma

reprovável, provocou-a, ainda que indiretamente.

e) Na receptação dolosa, se o criminoso é primário, pode o juiz deixar de aplicar a pena.

44. Sobre as teorias da culpabilidade, assinale a **incorreta**:

- a) A teoria psicológica concebe a culpabilidade como a relação psíquica entre o autor e o resultado, na forma de dolo ou culpa. Possui como único pressuposto a imputabilidade, ou seja, parte do ponto inicial de que é necessária a imputabilidade, para só então se analisar o dolo ou a culpa do agente.
- b) A teoria psicológica foi adotada em conjunto com a teoria causalista da conduta, e, portanto, o fato típico não possuía como elemento o dolo nem a culpa. Deste modo, a culpabilidade era composta do dolo ou da culpa, sendo que a imputabilidade do agente era seu pressuposto.
- c) Para o finalismo, exige-se que a consciência da ilicitude seja atual, sendo necessário que o sujeito efetivamente saiba, no momento da sua atuação, que atua de forma antijurídica.
- d) A teoria normativa pura ou estrita da culpabilidade foi elaborada com o advento da teoria finalista da conduta, preconizada por Hans Welzel. A teoria finalista passa a entender que a conduta humana é o exercício de uma atividade final, ou seja, funde na conduta a vontade e a finalidade. Com isso, o dolo e a culpa passam a integrar o fato típico, deixando de ser elemento da culpabilidade. Essa foi a grande modificação na teoria da ação que vai influenciar diretamente a concepção da culpabilidade, por desprovê-la do elemento psicológico, ou seja, do dolo e da culpa.
- e) A teoria psicológico-normativa foi concebida por Reinhard Frank, após o reconhecimento da existência de elementos normativos e subjetivos no tipo penal. Segundo essa teoria, a culpabilidade possui como elementos o dolo ou a culpa, a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa. Referida teoria, assim como a psicológica, entende que o dolo e a culpa integram a culpabilidade. Entretanto, passa a aceitar a existência de elementos subjetivos no tipo penal. Portanto, possui compatibilidade com a teoria neokantista da conduta.

45. José descobriu que sua filha de 19 anos estava namorando uma mulher e, para controlar o seu comportamento sexual, constrangeu-a mediante violência, a ter conjunção carnal. Queria forçar, com seu ato, que ela passasse a se relacionar apenas com homens. Ele praticou o crime de:

- a) estupro com aumento de quarta parte, por ser o agente ascendente da vítima.
- b) importunação sexual
- c) estupro com aumento de pena, na modalidade estupro corretivo, de um a dois terços.
- d) violência sexual mediante fraude
- e) assédio sexual.

46. O delito previsto no art. 218-C do Código Penal, que trata de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia pode ser classificado:

- a) comum, material, comissivo, unissubjetivo, culposo, principal.
- b) especial, formal, comissivo, plurissubjetivo, admite as formas doloso e culposo, subsidiário.
- c) comum, material, comissivo, plurissubjetivo, admite as formas doloso e culposo, subsidiário.
- d) comum, formal, comissivo, unissubjetivo, doloso, subsidiário.
- e) especial, material, comissivo ou omissivo, unissubjetivo, doloso, principal.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

47. A respeito da aplicação da lei processual penal, existindo mudança nas normas sobre o procedimento, é correto afirmar:

- a) a nova lei somente será aplicada se for mais benéfica ao acusado;
- b) será aplicável a nova lei de forma imediata, desde que o fato apurado tenha sido praticado sob a sua vigência;
- c) todos os atos praticados sob a vigência da lei anterior deverão ser repetidos, observando-se as diretrizes da lei nova;
- d) a nova lei é aplicável de forma imediata aos processos em curso, não prejudicando atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- e) tem aplicação a nova lei somente aos processos instaurados após sua publicação.

48. Em relação ao inquérito policial, pode-se afirmar que

- a) o Código de Processo Penal somente autoriza a sua instauração mediante notícia crime ou requerimento do ofendido.
- b) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, independentemente de ordem judicial.
- c) não há prazo legal para a conclusão do inquérito policial, cabendo à autoridade policial realizar as diligências para que a investigação tenha êxito em tempo razoável (duração razoável do processo).
- d) com a reforma do Código de Processo Penal promovida no ano de 2019, passou-se a autorizar o arquivamento do inquérito pela autoridade policial, em casos excepcionais.
- e) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta mandará imediatamente instaurar inquérito.

49. No tocante à ação penal, o Código de Processo Penal determina que

- a) o perdão concedido a um dos querelados não aproveitará aos demais, tratando-se de ato personalíssimo.
- b) a queixa pode ser dirigida contra qualquer dos autores do crime e, quando dirigida a todos, o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- c) o silêncio do acusado sobre o perdão concedido importa na sua recusa, devendo o processo prosseguir até final sentença.
- d) tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e preenchidos os demais requisitos, o querelante, segundo previsão expressa do CPP, poderá propor acordo de não persecução penal.
- e) para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

50. Considere a seguinte situação hipotética: João e Carlos praticaram delito de homicídio no Município de Anápolis/GO, vindo a vítima a falecer no hospital somente em Goiânia/GO. As provas do crime praticado estão sendo obtidas no Município de Anápolis, onde praticada a conduta. Nesse caso, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a competência para julgamento do crime em questão será

- a) do Juízo Criminal singular da Comarca de Goiânia, em razão do resultado ter ocorrido neste Município.
- b) do Tribunal do Júri de Goiânia, em razão do resultado do crime ter ocorrido neste Município.
- c) do Juízo Criminal singular de Anápolis, onde praticados os atos executórios.
- d) do Tribunal do Júri da comarca em que foram praticados os primeiros atos processuais.
- e) do Tribunal do Júri da comarca de Anápolis, ainda que em outro local tenha ocorrido o resultado.

51. A respeito da prova no processo penal, é correto dizer que

- a) o juiz poderá ordenar, após realizada a citação do réu, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.
- b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por um perito oficial, portador ou não de diploma de curso superior, tanto que tenha ensino médio completo.
- c) na medida em que se trata de prova técnica, o juiz ficará adstrito ao laudo pericial, não podendo rejeitá-lo enquanto fundamento para decidir.
- d) excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência, para prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa.
- e) o juiz não poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

52. Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar que

- a) caberá recurso em sentido estrito da decisão que resolver o incidente de insanidade mental.
- b) quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ou favorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade.
- c) o recurso extraordinário poderá ser interposto pelo Ministério Público, pelo querelante, pelo réu, seu procurador ou seu defensor, bem como pelo assistente da acusação.
- d) a revisão criminal só pode ser interposta depois do julgamento do caso pelas instâncias ordinárias, quando se esgota a análise das provas.
- e) caberá recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

53. Indique a alternativa correta quanto ao entendimento dos Tribunais Superiores para os delitos de trânsito.

- a) Conduzir automóvel na via pública sem habilitação é crime de perigo concreto, cuja tipificação exige a prova de geração do perigo de dano por parte do Ministério Público.
- b) A morte instantânea da vítima torna a omissão de socorro atípica.
- c) A embriaguez ao volante é crime de perigo concreto, em que a ingestão de bebida alcoólica e a condução perigosa do automóvel geram perigo de dano a ser comprovado por qualquer forma em Direito admitido.
- d) Direção perigosa sem habilitação, vindo a causar lesões corporais em transeunte, implica dois crimes praticados em concurso formal.
- e) Homicídio doloso, porém com dolo eventual, permanece sendo da competência do rito comum ordinário, por força de seu preceito secundário (detenção, de dois a quatro anos).

54. Ronaldinho, em visita ao Paraguai, foi detido por uso de documento falso. Após ser preso e algemado, foi torturado por horas até assinar uma confissão. Em seu retorno ao Brasil, após ser solto, denuncia a prática de tortura e o nome dos policiais responsáveis. A respeito do crime de tortura praticado nesse caso, aponte a alternativa correta:

- a) Nossa lei de tortura poderá ser aplicada ao fato praticado no estrangeiro e a competência será da Justiça Federal.
- b) Nossa lei de tortura não poderá ser aplicada ao fato praticado no estrangeiro, pois não consta expressamente nas hipóteses de extraterritorialidade do Código Penal.
- c) Nossa lei de tortura poderá ser aplicada a fato praticados no estrangeiro e a competência será da Justiça Estadual.
- d) Nossa lei de tortura poderá ser aplicada a fato praticado no estrangeiro desde que, no presente caso, houvesse reciprocidade entre os países.
- e) Nossa lei de tortura não poderá ser aplicada a fato praticado no estrangeiro, pois o delito de tortura não foi caracterizado como transnacional.

55. Gustavo importou uma arma de fogo de uso proibido sem autorização da autoridade competente em seu jato particular. Chegando no aeroporto, foi flagrado com a arma e preso em flagrante. Nessa situação, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) não se admite, no caso, pena restritiva de direitos.
- b) não se admite, no caso, acordo de não persecução penal.
- c) não se admite, no caso, suspensão condicional do processo.
- d) não se admite, no caso, suspensão condicional da pena.
- e) não se admite, no caso, a progressão de regime.

56. Assinale a alternativa correta sobre as disposições normativas da Lei nº 9.099/95:

- a) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- b) Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- c) A homologação da composição dos danos civis não impede o exercício do duplo grau de jurisdição por quem se sentiu prejudicado com o acordo.
- d) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.
- e) Os embargos de declaração não serão cabíveis, pois afrontam o postulado da celeridade do rito comum sumaríssimo.

57. A colaboração premiada na Lei de Lavagem de Capitais possui regramento próprio. Assinale a alternativa compatível com o texto expresso da Lei 9.613:

- a) a pena poderá ser reduzida de 1/6 a 2/3.
- b) admite-se o regime semiaberto, mas não o regime aberto.
- c) o juiz somente poderá substituir a pena de prisão por restritiva de direitos se a colaboração foi anterior ao recebimento da denúncia.
- d) os resultados da colaboração expressos na lei não são cumulativos.
- e) a colaboração não precisa ser espontânea, bastando a sua voluntariedade.

58. Utilize a Parte Geral da Lei das Contravenções Penais para identificar a alternativa correta:

- a) por força da baixa lesividade, a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido ou seu representante legal.
- b) a duração da pena de prisão simples não pode, em caso algum, ser superior a três anos.
- c) no caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
- d) em relação à pena de prisão simples, o trabalho será facultativo, se a pena aplicada, não exceder um ano.
- e) a lei brasileira será aplicada à contravenção penal praticada no exterior se atingir bem jurídico de interesse da União.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

59. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) A Constituição Federal dispõe que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” Essa norma constitucional ilustra exemplo de norma de

eficácia limitada, porque o exercício da liberdade depende de lei regulamentadora da profissão.

- b) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia contida.

- c) O direito de greve do trabalhador, conforme definido no artigo 9º da Constituição Federal, exemplifica espécie de norma constitucional e eficácia limitada.

- d) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

- e) Normas constitucionais de eficácia limitada, enquanto não regulamentadas, não produzem efeitos no ordenamento jurídico.

60. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.

- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

- c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.

- d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

- e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

**61.** João era Venezuelano quando veio residir no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência legal no país e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil e aqui fazer a farta distribuição, fato que gerou o seu repentino enriquecimento. A respeito da situação hipotética narrada, aponte a única alternativa correta.

a) A obtenção da nacionalidade brasileira por João deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, motivo pelo qual não poderia o Estado se recusar a reconhecer o direito a João.

b) Pelo crime narrado, João não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.

c) O ato praticado por João poderia ser considerado, em tese, nocivo ao interesse nacional, motivo pelo qual poderia, após o devido processo judicial, sofrer a perda da naturalização, por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) João, após eventual condenação transitada em julgado pelo crime de tráfico de entorpecente, sofreria a suspensão de direitos políticos, exceto se a pena privativa de liberdade fosse convertida em restritiva de direitos.

e) A competência para processar e julgar uma eventual ação de cancelamento de naturalização é da justiça comum estadual.

**62.** João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) A competência para o julgamento do crime praticado por João é do júri.

b) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.

c) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.

d) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.

e) A traição está inserida no contexto das relações amorosas e sua reprovação reside apenas no campo moral, de modo que ciúme, paixão e emoção não excluem a imputabilidade penal e nem caracterizam legítima defesa.

**63.** O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

a) Princípio da unidade.

b) Princípio do efeito integrador.

c) Princípio da conformidade.

d) Princípio da força normativa.

e) Princípio da máxima efetividade.

64. Em fevereiro de 2021, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para dispor sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. A PEC contrariou alguns grupos sociais e alguns partidos políticos, que alegaram violação e direitos e garantias fundamentais. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.

c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.

d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

65. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.

b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir

pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.

c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.

d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

66. A respeito do controle de constitucionalidade que se dá pela via incidental, indique a assertiva incorreta.

a) A pretensão formulada em juízo se dá por meio de um processo constitucional subjetivo, cuja legitimidade ativa é atribuída a qualquer pessoa que queira levar direito violado ao conhecimento do Poder Judiciário.

b) No controle difuso, juízes e Tribunais não poderão, de ofício, declarar a inconstitucionalidade de lei, afastando-a do caso concreto, uma vez que o órgão julgador não pode ultrapassar o pedido formulado pelas partes.

c) Todas as normas formalmente constitucionais, ainda que já revogadas, desde que vigentes à data do fato, poderão ser utilizadas como parâmetros de controle difuso de constitucionalidade.

d) O objeto da ação pode ser qualquer ato emanado do poder público, independentemente de ser primário ou secundário.

e) No controle difuso, a decisão que afasta a aplicação da lei só faz coisa julgada para as partes do processo.

**DIREITO ELEITORAL**

Ricardo Torques

**67.** Considerando as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 97/2017 sobre o Fundo Partidário Nacional, somente terão direito a recursos do fundo e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos políticos que:

a) ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido. Essa filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

b) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas e tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

c) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

d) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas e tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

e) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

**68.** Com base nas hipóteses constitucionais de inelegibilidade e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar:

a) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

b) A dissolução matrimonial, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal, ainda que a extinção do vínculo conjugal ocorra por morte de um dos cônjuges.

c) A inelegibilidade em razão do parentesco é absoluta e, assim, só pode estabelecida taxativamente pela Constituição Federal.

d) STF e TSE vedam o prefeito itinerante em se tratando de municípios do mesmo Estado.

e) a vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão.

**69.** A Lei nº 9.096/95 dispõe sobre os partidos políticos, definindo sua natureza jurídica, o processo de criação e registro, além de outras providências. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) O partido político, pessoa jurídica de direito privado que pode ser equiparada às entidades paraestatais, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

b) O partido político goza de autonomia para definir sua estrutura interna, organização, funcionamento, assim como o cronograma das atividades eleitorais de campanha e executá-lo em qualquer dia e horário, desde que observados os limites legais.

c) O prazo de duração dos mandatos dos membros dos órgãos partidários permanentes ou provisórios dos partidos políticos será definido por lei.

d) O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até 4 (quatro) anos.

e) Após o esgotamento do prazo de vigência de um órgão partidário, admite-se a sua extinção automática e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**70.** A Lei nº 9.504/97 define normas para as eleições e estabelece que a propaganda pela internet:

a) Pode ser realizada após o dia 15 de agosto do ano da eleição, em site do candidato, do partido político ou da coligação e por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente.

b) Não é admitida a propaganda eleitoral por meio de blogs, redes sociais ou sites de mensagens instantâneas.

c) Todos os endereços eletrônicos utilizados para fins de campanha eleitoral pela internet devem ser comunicados previamente à Justiça Eleitoral.

d) Os candidatos podem valer-se de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, desde que gratuitas, como forma de alterar a repercussão de sua propaganda eleitoral.

e) Admite-se a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade, como forma de preservar sua identidade e anonimato.

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

**71.** De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ a respeito do cheque:

a) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado

b) em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula

c) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.

d) o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

e) é inadmissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

**72.** Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.

b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.

c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

73. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.

b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.

c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.

d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

74. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.

b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.

c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.

d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe

paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

75. Em relação à sociedade limitada,

a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.

b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.

d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

76. Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.

b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.

c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.

d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.

e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Mateus Pontalti

77. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

78. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É inconstitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

79. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

e) A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

80. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca

c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

**81.** Assinale a alternativa incorreta.

a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido

c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**82.** Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

a) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

b) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores pendentes.

c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, sendo garantida a diminuição, pela metade, da multa aplicada em decorrência de infração dos dispositivos interpretados;

d) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

e) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

## DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

**83.** Em ano eleitoral, a assembleia legislativa aprova uma lei, no Estado de Goiás, que condiciona o licenciamento ambiental, no âmbito do Estado, à prévia autorização da Assembleia Legislativa, sob a justificativa de que o meio ambiente merece essa dupla proteção. Esta lei é:

a) Inconstitucional, pois a competência para legislar sobre matéria ambiental é exclusiva da União.

b) Inconstitucional, pois implica em indevida interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.

c) Inconstitucional, pois os Estados não podem legislar sobre meio ambiente.

d) Constitucional, já que a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.

e) Constitucional, pois a competência para legislar em matéria ambiental é exclusiva dos Estados e do DF.

**84.** A empresa “Peixes e CIA” desenvolveu uma técnica que dobra, a curto prazo, a produtividade na criação de peixes em rios, mas acaba por exaurir a capacidade de produção em um período de 60 anos. O setor jurídico da empresa apresentou ao órgão ambiental do poder executivo requerimento para obter a licença ambiental exigida, ressaltando que o projeto geraria empregos, renda e impostos para o poder público. Quanto ao caso descrito, assinale a alternativa correta.

- a) O projeto pode ser aprovado, haja vista que gerará benefícios econômicos para a população.
- b) O projeto poderá ser aprovado, desde que haja consulta à população envolvida através de consulta pública.
- c) O projeto não poderá ser aprovado, pois um dos requisitos de qualquer atividade econômica é a observância do desenvolvimento sustentável, o que implica garantir, às gerações futuras, um meio ambiente equilibrado.
- d) Enquanto o órgão ambiental estiver analisando o requerimento a empresa poderá executar o projeto, sem que haja qualquer irregularidade.
- e) Eventual licença ambiental que vier a ser concedida não poderá ser objeto de discussão judicial, haja vista que o órgão ambiental especializado possui a palavra final quanto ao tema.

**85.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação assinale a alternativa correta:

- a) A estação ecológica é unidade de conservação do grupo de uso sustentável.
- b) O IBAMA é o órgão central do SNUC.
- c) O zoológico é unidade de conservação do grupo de uso sustentável.
- d) O Monumento Natural, unidade do grupo de uso sustentável, tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
- e) O SNUC possui característica federativa, pois é composta por órgãos/entidades de todos os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios).

**86.** Assinale a alternativa correta:

- a) Para imóveis localizados fora da Amazônia Legal a área mínima de reserva legal independe do tipo de bioma em que se encontra o imóvel.
- b) O Chefe do Poder Executivo não poderá instituir novas APP's, já que o rol do artigo 4º do Código Florestal é *numerus clausus*.
- c) Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, e essa obrigação tem natureza pessoal e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- d) Ante a indisponibilidade do meio ambiente é exigida a autorização do órgão ambiental competente para a execução, mesmo em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- e) A área de reserva legal deverá respeitar o mínimo de 70% da área do imóvel rural localizado em área de florestas dentro da Amazônia Legal.

**87.** Assinale a alternativa correta:

- a) Um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos é o de que a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, a fim de aumentar a eficiência na gestão hídrica.
- b) Um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, independente dos padrões de qualidade.
- c) Dentre os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos está a compensação a Municípios, que está regulado na própria Lei de Águas (Lei nº 9.433/97).
- d) Está sujeito a outorga pelo Poder Público os direitos de uso de recursos hídricos voltados ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- e) Está sujeito a outorga pelo Poder Público o direito de uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

88. Acerca da responsabilidade ambiental assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade ambiental se divide em civil, administrativa e penal, sendo elas dependentes uma das outras.
- b) A responsabilidade penal ambiental é subjetiva, e pode ser imputada à pessoa jurídica.
- c) A responsabilidade civil ambiental é subjetiva e solidária.
- d) O reconhecimento da responsabilidade objetiva por dano ambiental dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.
- e) É prescritível a pretensão reparatoria de danos ao meio ambiente.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

89. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

- a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.
- d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem

precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

90. Sobre as Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta

- a) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.
- b) Em qualquer modalidade de PPP, haverá uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.
- d) O Fundo Garantidor de Parcerias possui natureza pública, patrimônio separado dos cotistas e deve ser administrado por instituição financeira controlada pela União.
- e) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.

**91.** No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.

c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

**92.** Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional do concurso público, é incorreto afirmar que

a) É inconstitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização.

b) É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.

c) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

d) Não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal, salvo se essa restrição for instituída por lei e se mostrar constitucionalmente adequada.

e) Não se pode cassar a aposentadoria do servidor que ingressou no serviço público por

força de provimento judicial precário e se aposentou durante o processo, antes da decisão ser reformada.

**93.** Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

a) Os prédios públicos desativados são considerados bens de uso especial.

b) Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.

c) Uma das diferenças gerais entre os institutos da ocupação temporária e da requisição é que, naquele, o caráter é de onerosidade, enquanto, neste, de regra, impõe-se a gratuidade.

d) O Supremo Tribunal Federal já afirmou que a hierarquia verticalizada dos entes federados prevista expressamente na Lei de Desapropriação (Decreto-lei no 3.365/41) se estende ao tombamento, vedando-se, em consequência, que Estado possa tomar bem da União, e Município possa tomar bem estadual ou federal.

e) A desapropriação por utilidade pública deve ser efetivada mediante acordo ou intentada judicialmente, no prazo de cinco anos, contados da data da expedição do decreto.

**94.** No âmbito da legislação federal sobre parcerias entre a Administração Pública e organizações não governamentais, considera-se acordo de cooperação o instrumento firmado entre o Poder Público e

a) entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades contempladas na lei das Organizações Sociais.

b) organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco proposto pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

d) organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

e) entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas na lei das OSCIPs.

**95.** Acerca dos sistemas de controle da atuação administrativa, é incorreto afirmar que

a) Não obstante o Brasil ter adotado o sistema francês, a Administração Pública tem o poder-dever de anular os atos administrativos ilegais e o poder de revogar os atos administrativos inconvenientes ou inoportunos, seja por meio de provocação ou por iniciativa da própria administração (de ofício).

b) No sistema francês ou sistema do contencioso administrativo, a justiça comum está proibida de processar a julgar demandas que tenham por objeto a anulação de um ato administrativo por ilegalidade ou ilegitimidade.

c) No sistema inglês ou sistema de jurisdição única, todas as demandas, sejam elas privadas ou administrativas, estão sujeitas à revisão pelo Poder Judiciário.

d) Em regra, o sistema adotado pelo Brasil veda a exigência de submissão do pleito à via administrativa ou o esgotamento da esfera administrativa como condição para propositura de ação judicial, tendo em vista o livre acesso à jurisdição consagrado pela Constituição Federal.

e) O Brasil adotou o sistema de jurisdição única.

**96.** Acerca do processo administrativo disciplinar, responda

a) A portaria de instauração do processo administrativo-disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.

b) Instaurado o competente processo administrativo-disciplinar, se houver irregularidades ocorridas durante a sindicância, haverá nulidade.

c) A autoridade administrativa não pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo disciplinar é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa.

d) Em decorrência da prática de determinado ato, quando apurada a responsabilidade criminal pelo Poder Judiciário, necessariamente resta reconhecida a prática de ilícito civil e administrativo, sendo que o inverso, qual seja, a apuração de ilícito civil e administrativo, não implica reconhecimento inerente da responsabilidade penal.

e) O prazo prescricional previsto na lei penal somente se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime se houver a apuração criminal da conduta do servidor por meio de inquérito ou processo penal.

**DIREITO AGRÁRIO**

Thiago Leite

97. Acerca do Estatuto da Terra assinale a alternativa correta:

a) O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais e urbanos, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola.

b) Segundo o Estatuto da Terra podemos conceituar "Imóvel Rural" como sendo o prédio rústico, de área contínua e localizado em área rural, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.

c) Segundo o Estatuto da Terra podemos conceituar "Minifúndio" como sendo o imóvel rural de área inferior a 1 (um) hectare.

d) Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural, do cooperativismo e da regulamentação do uso e posse temporários da terra.

e) É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, independentemente de qualquer condicionante, haja vista ser um direito absoluto.

98. Sobre a reforma agrária assinale a alternativa correta.

a) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

b) A instrumentalização da reforma agrária, no Brasil, seguiu o modelo privatista, que consiste na nacionalização da terra, com a passagem da propriedade para o Estado, que detém os meios de produção, reservando ao homem do campo apenas o direito de uso da terra.

c) Compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua

função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

d) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de vinte anos.

e) O processo de seleção de indivíduos e famílias candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária será realizado por projeto de assentamento, e a prioridade número um para a distribuição de lotes será daqueles que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, identificados na vistoria.

99. Quanto à desapropriação para fins de reforma agrária assinale a alternativa correta:

a) Segundo o STJ, caso haja necessidade de serem emitidas TDA's complementares decorrentes de diferença fixada a maior entre a sentença e o valor ofertado na inicial, o prazo de resgate dessas TDA's complementares será de 20 anos contados de sua emissão.

b) Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, alternativamente, graus de utilização da terra ou de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

c) O STJ entende que as propriedades rurais devem ser classificadas como pequenas, médias ou grandes a partir do tamanho de sua área aproveitável, e não de toda a extensão do imóvel.

d) O ente responsável pela execução da reforma agrária e pelo ordenamento fundiário nacional, no Brasil, é o IBAMA.

e) O STF entende que a invasão ou esbulho ocorrido em imóvel rural após a vistoria pelo INCRA é causa que impede a desapropriação.

**100.** Sobre os contratos agrários assinale a alternativa correta:

a) No arrendamento rural não se admite o subarrendamento.

b) Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, sempre por tempo determinado, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei.

c) A alienação do imóvel rural ou a instituição de ônus reais sobre ele interrompe os contratos agrários existentes.

d) O preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa de dinheiro, bem como o seu pagamento também só pode ser feito em dinheiro.

e) Aplica-se, aos contratos agrários, o princípio da proteção do hipossuficiente, consistente na obrigação de constar em seus termos cláusulas que assegurem a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros outorgados.

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-29-05-21>



**Conheça nossa assinatura**

**Estratégia**  
Carreira Jurídica

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

**Conheça nossos cursos**

[Curso TJ GO \(Juiz\)](#)